

*Ata da 6ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 22 de março de 2019.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelino Galo Lula, ad. hoc. Às 10h03, o Sr. Presidente e proponente da Sessão, invocando a proteção de Deus, declarou-a aberta, com a finalidade de **debater a Campanha da Fraternidade 2019, com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas” e o lema “Serás libertado pelo Direito e pela Justiça”**. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs: Deputada Maria del Carmen Lula, coproponente da Sessão; Carlos Martins, Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, representando o Governador do Estado, Rui Costa; Dom Murilo Sebastião Krieger, Reverendíssimo Arcebispo Primaz do Brasil; Luciana Khoury, Promotora de Justiça, representando a Procuradora-Geral de Justiça, Ediene Lousado; Cynara Fernandes, Defensora Pública, representando o Defensor Público-Geral, Rafson Saraiva Ximenes; Padre José Carlos, Pároco da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe; Padre Jorge, Pároco da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, de Pau da Lima; Deputado Alex da Piatã; Padre Ferdinando Caprini, Pároco da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, representando o Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Ezequiel Ramin (Capdever); Padre Moussa Serge, Pároco da Paróquia São Tiago Maior; Dalva Mesquita, membro da Pastoral da Criança, representando os Leigos da Igreja; Diácono Itamar Mendes, Presidente da Ação Social Arquidiocesana (ASA); Washington Souza, Presidente dos Diáconos do Nordeste 3 – Bahia/Sergipe; Fábio Ferreira, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Salvador; e Frei Márcio dos Santos, Pároco da Paróquia Santa Mônica, de Cajazeiras. Após a execução do Hino Nacional, o Sr. Presidente passou a condução dos trabalhos para a Deputada Maria del Carmen Lula e, da tribuna, reproduziu as palavras do Papa Francisco a respeito do comportamento e do compromisso que cabem aos políticos, personagens centrais das políticas públicas. Fez considerações acerca das políticas públicas que beneficiam os pobres, bem como as que beneficiam os poderosos. Ressaltou que a adoção de políticas públicas reflete a correlação de forças em conflito na sociedade, que em raríssimas oportunidades pendeu para os mais pobres e necessitados no Brasil, trazendo melhoria de vida e dignidade para a maioria da população. Citou o Professor Nivaldo Júnior ao afirmar que “Nem tudo que é direito é justo, e nem tudo que é justo é direito”. Exemplificou os dois tipos de políticas públicas existentes no Brasil, um que defende a justiça e a vida e outro que prega a injustiça e a morte. Sintetizou a proposta de Reforma da Previdência e as consequências nefastas dessa política pública. Assegurou que todas as conquistas e direitos dos pobres vêm das organizações e da luta dessa população. Finalizou lendo uma advertência do Papa Francisco aos católicos para que lutem em favor da justiça e de formas de vida

mais humanas para todos. Após o Deputado Marcelino Galo Lula reassumir a presidência da Sessão, a Deputada Maria del Carmen Lula disse que o tema da Campanha da Fraternidade 2019 nos convida a refletir sobre ações práticas que motivam a consciência e a responsabilidade com o bem comum. Afirmou que a Igreja desempenha o papel central de despertar a solidariedade dos fiéis e da sociedade. Acrescentou que a metodologia do “ver, julgar e agir” pode auxiliar-nos a refletir um novo modelo de sociedade, apoiado na participação coletiva. Ressaltou que as políticas públicas conquistadas estão seriamente ameaçadas pela retirada de direitos. Criticou a reforma da previdência, que considera prejudicial aos trabalhadores brasileiros, principalmente do campo. Por fim, lembrou mensagem do Papa Francisco ao povo brasileiro, pedindo que se inspire no lema “serás libertado pelo direito e pela justiça”. Após a apresentação do Hino da Campanha da Fraternidade 2019 por Maria Cida e Carlos, o Padre Jorge disse que a Campanha da Fraternidade segue três etapas: ver, julgar e agir. Declarou orgulho em participar de uma Igreja renovada, comprometida com a sociedade, participativa no controle social e que promove a vida e as políticas públicas. Destacou a necessidade de a Igreja participar de fóruns e conferências em espaços populares e democráticos. Após o Sr. Presidente registrar a presença de representantes de várias paróquias e organizações e da apresentação de mais uma música da Campanha da Fraternidade, nas vozes de Maria Cida e Carlos, o Diácono Itamar Mendes ressaltou que o objetivo da Campanha da Fraternidade é despertar a solidariedade dos fiéis e da sociedade para um problema concreto da sociedade brasileira, buscando caminhos de solução e educar para a vida em fraternidade com base na justiça e no amor. Destacou que a Igreja lança a Campanha da Fraternidade como um sinal de alerta, de luta, de perseverança, de resistência e de caridade para os pobres. Por fim, enalteceu a Ação Social Arquidiocesana (ASA) de Salvador, uma associação de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, de natureza eclesial, em defesa da vida. Após a apresentação da música “É o nosso jeito de ser Igreja, é o nosso jeito de viver a fé” por Zé Vicente, Maria Cida e Carlos, o Deputado Alex Piatã assegurou que o objetivo principal da Campanha da Fraternidade é convidar a sociedade para participar das políticas públicas de forma ativa. Defendeu a não criminalização da política e dos políticos e afirmou que o objetivo da Campanha da Fraternidade 2019 não será atingido se não despertar a sensibilidade nas bases, principalmente na família, para fazer políticas públicas voltadas às pessoas mais necessitadas e carentes. Ressaltou que precisamos fazer da Campanha da Fraternidade um verdadeiro encaminhamento das políticas públicas. Dom Murilo Krieger falou que a Campanha da Fraternidade tem como objetivo despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus e educar para a vida em fraternidade. Disse que políticas públicas são ações misericordiosas em favor daqueles que não conseguem se defender sozinhos e defendeu maior protagonismo das instituições e pessoas, a exemplo de maior participação dos cidadãos em audiências públicas, fóruns e conselhos. Afirmou que a doutrina social da Igreja tem como base a Sagrada Escritura, que especifica como os

cristãos podem e devem defender a dignidade de cada ser humano e buscar o bem comum. O Sr. Carlos Martins parabenizou esta Casa por demonstrar entender o momento político e social da conjuntura atual, ao propor esta Sessão Especial. Fez considerações acerca do momento difícil que vivem os brasileiros, a exemplo do desemprego crescente, da volta da fome e da apropriação de terras indígenas. Destacou que a Campanha da Fraternidade não é uma campanha só da Igreja Católica, mas de toda a sociedade. Questionou o desmonte de políticas públicas necessárias à sobrevivência de milhões de brasileiros, a exemplo da redução do alcance do Bolsa Família, e alertou para a responsabilidade do Estado. Disse que política pública é fraternidade, direito e justiça. Por fim, falou sobre o Sistema Prisional e sobre a Reforma da Previdência. Após a execução do Hino da Bahia, o Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo, agradeceu a presença de todos e, às 11h18, declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -